

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ANTONIO PAULO COSTA DA SILVA

**OS DEBATES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDA NO ENSINO
FUNDAMENTAL I: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA DR.
EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA, REDENÇÃO-CE.**

Redenção – CE

2018

ANTONIO PAULO COSTA DA SILVA

**OS DEBATES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO
FUNDAMENTAL I: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA DR.
EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA, REDENÇÃO-CE.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

Redenção – CE

2018

ANTONIO PAULO COSTA DA SILVA

Os Debates sobre gênero e sexualidade no fundamental I: Um estudo de caso na escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira, Redenção-CE.

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ____ maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaina Campos Lobo – Orientadora

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB).

Prof. Dr. Carlos Eduardo De Oliveira Bezerra

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB).

Profa. Dra. Joana Elisa Röwer

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, a minha família, em especial a minha Mãe que sempre acredita no que eu me disponho a fazer, e a todos os meus amigos que me ajudaram e deram força de uma forma ou de outra para a realização desse trabalho. Obrigado, amo cada um!

“Consideramos justa toda forma de amor.” (Lulu Santos)

Menos ódio, mais amor.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA	10
4. OBJETIVOS	12
4.1. Objetivo geral	12
4.2. Objetivos específicos.....	12
5. HIPÓTESE	12
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
6.1. O lugar do gênero e a construção da sexualidade no ambiente escolar ...	15
6.2. Currículo e escola: parâmetros para uma educação para a diversidade	17
7. METODOLOGIA	19
7.1. Local de realização da pesquisa	21
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	21

1. APRESENTAÇÃO

A implementação acerca dos debates sobre gênero e diversidade sexual nas escolas brasileiras é algo que muito se tem discutido nos últimos tempos, em virtude do Plano Nacional de Educação (PNE) no qual é previsto na lei nº Lei 13.005/14 de 25 de junho de 2014. O documento é composto por uma série de orientações e metas para que os estados e municípios reorganizem seus processos educacionais para os próximos 10 anos, e na atualização de 2014 os temas que mais sucederam conflitos foram o temas acerca das discussões de Gênero e sexualidade na escola, pois estes passariam a integrar o plano, porém foram vistos de maneira negativa e vetados por intercessão da bancada fundamentalista¹, alegando que essas discussões sobre “ideologia de gênero²”, em sala de aula, corromperiam o sentido e a percepção do que seria homem e mulher e, assim, destruiria o modelo de família tradicional e valores arraigados na nossa sociedade.

Porém, isso foi visto como um retrocesso por alguns professores e defensores dos direitos humanos e das causas LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Estes por sua vez consideram a inclusão desses debates em sala de aula como uma forma para combater a discriminação e a violência psicológica e física de gênero contra lésbicas, gays, transexuais e as mulheres, afirmando que o estado tem o dever de promover a educação e o respeito e o direito a igualdade a todos(as).

Segundo a autora Mary Garcia Castro há sim que se estimular uma educação cidadã na escola:

Há que se estimular os professores [e professoras] para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadanias e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante antirracista, antissexista, [antihomofóbica] e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser; não permitindo a reprodução de piadas que estigmatizam, tratamento pejorativo (...). (CASTRO, 2005).

¹ Informação obtida de: <<https://encurtador.com.br/eAHMS.html>> Acesso em 28/02/18.

² A "ideologia de gênero" é uma **expressão usada pelos críticos da ideia de que os gêneros são, na realidade, construções sociais**. Para os defensores desta "ideologia", não existe apenas o gênero "masculino" e "feminino", mas um espectro que pode ser livremente escolhido pelo indivíduo. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ideologia-de-genero/> acesso em: 20/04/2018.

Mas afinal por que discutir relações de gênero e diversidade sexual na escola? Qual importância de se discutir esses assuntos em sala de aula? Qual deveria ser o papel da instituição escola nessa discussão?

Este trabalho tem por finalidade discutir como a escola pode e deveria ter um papel ativo no que se diz respeito aos debates sobre Gênero e Sexualidade, a fim de combater preconceitos presentes na sociedade e zelar por uma educação cidadã, começando as discussões sobre esse assunto a partir dos primeiros anos do ensino fundamental I. O local de observação dessa pesquisa será a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Dr. Edmilson Barros de Oliveira, criada em 28 de agosto de 1998, e situada na Praça Castro Alves Centro Comunitário S/N, CEP 62790.000 em Redenção-CE.

2. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica pelo fato do atual cenário de discussões sobre os planos de educação estaduais e federal, em relação às temáticas de Gênero e sexualidade nas escolas. Nessas discussões, de um lado, se encontram os que se mostravam favoráveis a esse debate em ambiente escolar, alegando que isso resultaria em uma educação não-sexista e anti-discriminatória, sendo assim de máxima importância para o combate da discriminação e até a violência contra esses grupos LGBT+; e do outro lado, os que alegam que essa “ideologia de gênero” debatida em sala de aula pode acarretar em uma deturpação dos valores presentes na nossa sociedade e influenciar na sexualidade das crianças³.

Desde que nascemos somos submetidos às ideias do que deve ser mulher e o que deve ser homem, como cada um deve se comportar em sociedade. E o papel que cada um deve exercer na mesma. Essa normatização começa desde cedo, começando pelas roupas que ganhamos para vestir, indo até os brinquedos e passatempos destinado a quando somos crianças. Para os meninos, sempre roupas que remetam aos super-heróis para demonstrar sua força e agressividade; já as meninas são sempre vestidas com roupas mais delicadas que

³ Notícia retirada de: <http://encurtador.com.br/gnDO3.html> Acesso em: 19/04/18.

lembrem princesas, pois devem sempre serem lindas, donzelas, frágeis e indefesas. Como Berenice Bento (2011) afirma:

Os brinquedos, as cores das roupas e outros acessórios que compõem o enxoval são escolhidos levando-se em conta o que seria mais apropriado e natural para uma vagina e um pênis. No entanto, como é possível afirmar que todas as crianças que nascem com vagina gostam de rosa, de bonecas, de brinquedos que não exigem muita força, energia e inteligência? Aquilo que evocamos como um dado natural, o corpo-sexuado, é resultado das normas de gênero. Como afirmar que existe um referente natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico? O original já nasce “contaminado” pela cultura. Antes de nascer, o corpo já está inscrito em um campo discursivo. (BENTO, 2011, p. 550)

Essa construção social começa de forma tão “natural” que não nos damos conta do que está acontecendo. O indivíduo tem que seguir o que é tipicamente representado para o sexo masculino e para o sexo feminino; e essa concepção é algo que ocorre em todas as instâncias do convívio social, como afirma FERREIRA: “A construção de gênero é realizada nas múltiplas instâncias sociais, nas diferentes práticas, espaços e instituições, através dos símbolos, normas e doutrinas, através das intrincadas redes de relações entre os sujeitos” (FERREIRA, 2016, P.45). Dessa maneira esses princípios manterão a “ordem” da sociedade e designarão o que cada indivíduo, seja homem ou mulher, vai fazer e como vai atuar na sociedade, como afirma BOURDIEU, 1999:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, [...] a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.”. (BOURDIEU, 1999, p. 18-20).

E as pessoas que não se encaixam a esses padrões normativos e que demonstram incompatibilidade a essas regras de gênero sofrem diversos tipos de preconceitos no convívio social, sendo a escola um dos primeiros, pois quando a criança demonstra ser diferente aos outros, ela tende a sofrer os mais diversos tipos de agressões física e psicológica;

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas vêm-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica.” (JUNQUEIRA, 2009, pg. 17).

Na maioria dos casos, os professores(as) não sabem lidar com elas (es), por não terem uma formação adequada, assim a escola que deveria ser a instituição que acolheria esses indivíduos da forma que são acaba por vezes tentando reprimi-los e silenciá-los.

Desta maneira, são importantes o debate e a análise acerca da diversidade sexual e relações de gênero na escola desde o ensino infantil, tendo em vista que essas discussões em sala de aula são o caminho para a construção de uma sociedade mais equânime e livre de preconceitos. A escola dessa maneira assumiria o papel de exercitar ainda mais a cidadania, e também o respeito às diferenças, e minimizar as injustiças. E esse é um dos objetivos que está presente no documento de 1997 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental. Neste documento está previsto que os alunos aprendam em sala de aula e sejam capazes de; “compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;”. (PCN, 1997, P. 06)

É uma forma de garantir respeito para esses indivíduos que são vistos pela sociedade como diferentes ou inferiores, ou – nos termos de Butler (2010), como possuidores de identidades abjetas.

Visto isso podemos afirmar que a escola, além de ser o lugar no qual a criança vai se desenvolver intelectualmente, é também onde ela pode se deparar pela primeira vez com as mais diversas diferenças; e para que possa se construir uma sociedade livre de misoginia⁴, homofobia e sexismo, esse sem dúvida é o primeiro passo para a construção de cidadãos tolerantes e que prezem pela equidade, visto que a escola deve ser um lugar de acolhimento, valorização e respeito as diferenças. Falar de gênero e sexualidade nada mais é que exercitar a cidadania e a equidade entre homens e mulheres e das minorias sexuais, e não há lugar melhor que a escola para se iniciar esse debate.

⁴ Sentimento de repulsa e/ou aversão às mulheres; [Dicionário Online de Português] disponível em: <https://www.dicio.com.br/misoginia/> acesso em: 25/04/18.

3. PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

A escola, na maioria dos casos, acaba se tornando mais um local que perpassa aspectos heteronormativos⁵, discriminando e estigmatizando os que fogem a esse paradigma e ajudando a reforçar a hierarquização dos gêneros. O papel da mulher e desses grupos marginalizados pela sociedade são sempre retratados como inferiores ocupando sempre lugares menos prestigiados e sem tanta importância quanto ao papel do homem heterossexual. Mas frente a esse debate de discriminação, a escola muitas vezes prefere “fechar os olhos” para esses grupos como se o problema não existisse. Segundo a autora LOURO (2013), a escola tenta conservar no seu currículo os gêneros e as sexualidades como homogêneas, como se existisse uma única forma de vivê-las, e aqueles que retratam de alguma forma “anormalidade” são considerados excêntricos:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escola tem a obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, torna-se excêntrico.”. (LOURO, 2013, p. 45, 46)

Dessa forma o preconceito e a discriminação continuam sempre presentes no cotidiano escolar, pois a mesma continua produzindo a desigualdade. Segundo FERREIRA; “ainda hoje, as escolas continuam desempenhando vários papéis relacionados com a diferença de gênero, reproduzindo as desigualdades” (FERREIRA, 2016, p. 43). E isso sem dúvidas vai refletir na sociedade em que esses indivíduos irão atuar.

Gênero, nesse sentido, nada mais é que uma ferramenta para se entender o mundo como ele é, e uma forma de entender as relações entre homens e mulheres, uma vez que “(...) o gênero é um modo de compreender mais claramente as relações existentes entre homens e mulheres e assim diluir preconceitos, já que como categoria de análise nos fornece elementos

⁵ Heteronormatividade é o termo que se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, a conduta e a identificação de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino. (BRASIL, 2009, p.128).

para questionarmos algumas normas e condutas naturalmente atribuídas ao feminino e ao masculino” (COSTA et al., 2009, p.3).

Portanto, a escola não deve reforçar preconceitos que a sociedade impõe, a escola tem o papel de ser a instituição que ajuda na formação do pensamento crítico dos indivíduos e não pode tentar mostrar apenas uma verdade absoluta ou um ponto de vista já definido, mas sim trazer reflexões para os alunos entenderem os diferentes pontos de vista e assim construir sua própria opinião. Mas, ao contrário disso, a escola tenta perpetuar a ideia de que o gênero feminino é inferior. FERREIRA (2016) afirma isso: “Assim, quando tentam transmitir conhecimentos às estudantes, as escolas seguem as regras da divisão sexual do trabalho na sociedade, preparando as mulheres para posições semelhantes às das mães e de outros membros de seu sexo” (FERREIRA, 2016, p. 43).

Discutir gênero e sexualidade no ambiente escolar é fornecer subsídios para a criança desnaturalizar regras sociais que nos são impostas, é ensinar a respeitar a alteridade, é ensinar que não existe hierarquização entre homem ou mulher, é mostrar que os dois têm os mesmos potenciais. Falar de gênero vai além do debate acerca da homofobia e/ou do sexismo e misoginia; e sim abordar questões referentes aos direitos humanos, temas sobre equidade e respeito.

A escola antes mesmo de ser um lugar onde se aprende letras e números não deveria ser um lugar onde se aprende a respeitar o próximo? O papel da escola além de levar a produção de conhecimento científico é também o local de se debater aquilo que acontece e está presente na sociedade.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Analisar a importância do debate sobre Gênero e sexualidade na escola a partir do Ensino Fundamental I.

4.2. Objetivos específicos

- Analisar qual importância da escola para uma educação cidadã com relação às diversidades sexuais e a equidade de gênero;
- Analisar como o ambiente escolar pode reproduzir preconceitos e discriminações presentes na sociedade;
- Discutir a necessidade da implementação da temática de gênero e sexualidade desde do ensino infantil nas escolas;
- Compreender como se dá o debate de Gênero e sexualidade com relação a valorização das diferenças;
- Entender se os estereótipos relacionados a gênero e sexualidade são reforçados no contexto escolar.

5. HIPÓTESE

Na escola não há o debate sobre Gênero e Sexualidade heterodiscordantes, invisibilizando esses grupos.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Debater Gênero e sexualidade na escola mesmo hoje no século XXI não mostra ser uma tarefa fácil, pois na maioria dos casos há os que digam que isso é uma tentativa de subverter os valores da sociedade ou mesmo uma prática que pode influenciar a sexualidade. Mas esse debate nada mais é que uma forma de desconstrução de moralidades que conferem poderes assimétricos a homens e mulheres; e a desconstrução da discriminação para com aqueles sexualmente “diferentes”.

Segundo ANDRADE (2011), a instituição escola tenta de maneira muito sutil negar essas diversidades de gênero e sexuais e esforça-se para que de certa forma possa manter as normas do que seria o “padrão” a se seguir em relação a essas questões:

Isto porque a negação dos diferentes é, para a maioria dos indivíduos, imperceptível, estando presente na escola de forma bastante subjetiva, induzindo os sujeitos, ao longo da história, a uma padronização tida como “natural” a todos e a todas nos currículos, nas normas, nos procedimentos de ensino, nas teorias, na linguagem, nos materiais didáticos, nos processos de avaliação e nas relações interpessoais.”. (ANDRADE, 2012, p.12).

Para a mesma não há como perceber esta exclusão, pois isso está tão presente no cotidiano da escola que apenas é tido como “normal”.

BENTO (2011) mostra que a escola ainda se manifesta como uma das principais instituições que transfere conceitos normativos que estão presentes na sociedade, e os indivíduos que não se encaixam a esses “padrões” acabam abandonando a escola por não suportarem o sentimento de estigmatização em relação aos outros:

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão.”. (BENTO, 2011, p.555).

A autora também salienta que por conta das agressões sofridas por esses considerados diferentes, na maioria das vezes eles se vêm obrigados a deixar a escola por se sentirem ameaçados e reprimidos no ambiente escolar, comprometendo dessa maneira sua educação. Uma pesquisa realizada entre dezembro de 2015 a março de 2016 em sete países da América

Latina⁶ sobre homofobia nas escolas, revelou os seguintes dados: “a pesquisa foi feita com estudantes do ensino básico, com idade acima de 13 anos e que se identificavam como LGBT. No Brasil, 1.016 adolescentes responderam ao questionário, feito pela internet, de forma anônima. E o cenário é o seguinte: 73% desses estudantes sofrem *bullying* homofóbico; 60% se sentem inseguros nas escolas; e 37% já sofreram violência física.” O Brasil é país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo⁷, o Ceará está entre um dos estados que mais acontece casos de homicídio contra a comunidade LGBT+, segundo uma pesquisa realizada em 2017 pelo “Grupo Gay da Bahia” o estado aparece em 4º(quarto) lugar entre os demais estados que esse tipo de violência acontece⁸.

Assim, quando a escola se ausenta desses debates quem sofre são aqueles que não se encaixam nos “padrões” impostos e vivenciados pela própria escola:

Quando a escola não oferece possibilidades concretas de legitimação das diversidades (nas falas, nos textos escolhidos, nas imagens veiculadas na escola etc.) o que resta aos alunos e alunas, senão a luta cotidiana para adaptar-se ao que esperam deles/as ou conformar-se com o status de “desviante” ou reagir aos xingamentos e piadinhas e configurar entre os indisciplinados? E, por último, abandonar a escola. (BRASIL, 2009, p.32)

Dessa maneira a escola acaba se tornando um lugar de sofrimento para esses grupos, por não serem aceitos da maneira que são, e muitas das vezes se veem obrigados a deixar a escola, por não suportar a sensação de estigmatização, e a culpabilização por serem marcados como “diferentes”. Pois a pressão da rejeição é insuportável, segundo JUNQUEIRA (2009):

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão.”. (JUNQUEIRA, 2009, pg. 15).

⁶ Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Colômbia e México. Pesquisa retirada de: <http://encurtador.com.br/jyEU4.html> Acesso em: 19/04/18.

⁷ Pesquisa obtida em: <http://encurtador.com.br/qtyGW.html> Acesso: 03/05/18

⁸ Notícia retirada de: <https://encurtador.com.br/aqzKP.ghtml>, Acesso em: 26/04/18.

6.1. O lugar do gênero e a construção da sexualidade no ambiente escolar

Guacira Lopes Louro (2014), em seu livro “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista”, argumenta que a escola não só entende de distinções e desigualdades como a mesma as produz. A escola desde do seu início incorporou o papel de dividir e hierarquizar os que nela estavam ou não, por classe, idade e, principalmente, por gênero. A escola incorporou o papel de produzir explicita ou implicitamente as diferenças entre os sujeitos. Ela delimita os espaços e lugares de cada um e traz consigo símbolos do que deveria ser o ideal a se seguir, mesmo que não represente todos o que nela estão inseridos: “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas.” (LOURO, 2014, p. 62).

Na escola é ensinado de maneira contínua instruções para educar os corpos dos meninos e meninas, para que esses se comportem, ajam e pensem da maneira “correta”. LOURO (2014) ressalta que no passado a escola tinha a preocupação de “escolarizar” os indivíduos que por ela passassem, para que eles e elas fossem diferentes daqueles que nunca frequentaram a mesma. Hoje não está muito diferente, apenas as condições e os mecanismos educativos que mudaram, mas sobre essas novas ferramentas a escola ainda busca imprimir sua “marca distintiva” sobre os corpos e as mentes dos sujeitos. (LOURO, 2014, p. 65-66).

Um dos fatores que a escola mais evidencia é o lugar do gênero feminino e do masculino. Seja nos livros didáticos, nas representações, o gênero feminino é sempre retratado como mais fraco e inferior ao masculino. E também no dia a dia escolar esse preceito é mantido na separação de grupos por gênero, seja nas aulas de educação física seja na hora do recreio. Essa separação por sexo parece ser algo natural, como BOURDIEU (1999) também pontua:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.”. (BOURDIEU, 1999 p.17)

LOURO (2014) evidencia que a escola reforça como cada indivíduo deve se comportar de acordo com seu gênero, os meninos sempre têm que serem mais “travessos” agitados e curiosos e as meninas, por outro lado, devem ser quietas e se guardar, pois no padrão de feminilidade imposto a elas o gênero feminino não pode fugir a essa regra. A autora, se questiona se os professores/as devem manter e conservar essas distinções e regras.

(...)Como professoras das séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são naturalmente mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta á esperada, ou seja, quando encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos “preocupar”, pois isso é indicador de que esses/as alunos/ as estão apresentando “desvios” de comportamentos?”. (LOURO, p. 68, 2014)

A escola prefere se ausentar na tentativa de negar existência desses sujeitos e preceitos que não se encaixam no que ela define como normal. Mas isso precisa ser mudado pra tornar a Escola um ambiente igualitário: “o processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisa ser desestabilizado.” (JUNQUEIRA, 2009, pg. 30). Com essa negação e ocultamento, a escola ao não falar sobre esses grupos pretende eliminá-los do ambiente escolar para que os alunos “normais” não venham a conhecer ou ter contato. Essa tentativa de manter a “ordem” acaba prejudicando aqueles que fogem dos padrões e acabam sofrendo os diferentes tipos de “gozações” e humilhações. Assim esses indivíduos só tendem a se reconhecerem como anormais ou desviantes.

A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los ás gozações e aos insultos dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays, lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.”. (LOURO, 2014, p.72)

Ao negar essas outras formas de sexualidade divergente à heterossexual, a escola de algum modo considera que esses “problemas” não vão existir em seu interior, mas a sexualidade é algo que está presente nos sujeitos, “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”.” (LOURO, 2014, pg. 85). Pelo contrário, é na escola onde a sexualidade se manifesta com mais força e também onde conseqüentemente encontra o preconceito e a negação quando a mesma foge dos padrões de sexualidade; “(...) a escola se tornou palco onde a sexualidade se manifesta com todo o seu vigor, mas encontra a indiferença, a negação

e o preconceito quando foge da norma culturalmente estabelecida” (COSTA et al., 2009, p.4). LOURO (2014) questiona ainda o porquê da manutenção desses valores com tanto empenho, já que se heterossexualidade é natural então qual seria a necessidade dessa manutenção tão incessantemente. Dessa maneira, o/a jovem que se identificar homossexual não vai se auto aceitar de maneira fácil, pois sempre se julgará como se estivesse fazendo algo errado, porque a vida toda foi isso que ele(a) ouviu. “Como se reconhecer em algo que se aprendeu a rejeitar e a desprezar? Como, estando imerso/a nesses discursos normalizadores, é possível articular sua (homo) sexualidade com prazer, com erotismo, com algo que pode ser exercido sem culpa?” (LOURO, 2014, p.87)

A escola não só transmite conhecimentos a respeito de como os sujeitos devem agir, ela também produz essas identidades étnicas, de classe, e de gênero. É preciso admitir que a escola produz isso de maneira desigual e injusta pois ela está comprometida com a manutenção de valores presentes na sociedade. (LOURO, 2014, p. 89).

6.2. Currículo e escola: parâmetros para uma educação para a diversidade

Para que o debate sobre gênero e sexualidade esteja presente em sala de aula é imprescindível que esses temas sejam inclusos nos currículos escolares, pois ainda hoje não estão presentes nos currículos de modo efetivo: “(...) as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola.”. (JUNQUEIRA, 2009, pg. 30).

O currículo se refere ao conteúdo ensinado e aprendido em sala de aula, e também aos planos pedagógicos seguidos pelos professores. Nesse sentido, é fundamental que o currículo escolar seja isento de todos os preconceitos e estereótipos presentes na sociedade, e que haja professores capacitados para intermediar esses valores, tal como sugere FONTOURA et al, (2012):

Temos a hipótese de que o currículo deveria abordar de forma concisa a questão de gênero, de forma transversal, de maneira a não contribuir com o preconceito. Essa mudança é possível, mas os professores devem ser mais bem preparados. E que a

identidade dos sujeitos pode ser construída através de sua concepção de gênero. Sendo assim, acreditamos que as pessoas pensam de forma diferente e cabe aos professores mediar essas diferenças, de forma que elas sejam respeitadas. (FONTOURA et al. 2014, Pg. 3-4)

Na elaboração do currículo escolar não só há a preocupação com o conteúdo ensinado em sala de aula, há também a preocupação em relação a que esses indivíduos futuramente virão se tornar, o currículo vai então “moldando-os” da forma que julgasse ser a ideal, SILVA (1999):

Nas teorias do currículo, entretanto, a pergunta “o quê?” nunca esta separada de uma outra importante pergunta “o que eles ou elas devem ser?” ou, melhor, “o que eles ou elas devem se tornar?”. Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo. Na verdade, de alguma forma essa pergunta precede a pergunta “o que?” na medida em que as teorias de currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal. [...]. No fundo das teorias de currículo está, pois, uma questão de identidade ou de “subjetividade”. (SILVA, 1999, p. 15).

O ensino do gênero na escola, ainda que imprescindível, demonstra ser uma tarefa difícil e quase impossível, pois o currículo das escolas brasileiras permanece machista, patriarcal e oprime todas essas questões que fogem à “norma” e mantém a ideia de que a mulher é inferior e submissa ao homem, FERREIRA:

Com isso, pode-se perceber que o currículo existente ainda continua claramente masculino ou pode-se pensar que o currículo ‘dito’ masculino, do modo como se apresenta é também machista, uma vez que anula o potencial feminino para as ‘coisas’ do mundo, colocando a mulher submissa ao homem diante das potencialidades de ambos” (FERREIRA, 2016, p. 44).

Segundo SILVA (1995) o currículo e o ensino nas escolas brasileiras continuam hegemonicamente masculino e machista como uma forma de manter a formação da identidade de ambos os gêneros e perpetuar a soberania masculina:

Aqui, o conhecimento e o currículo não são meramente contaminados e distorcidos por certos estereótipos e concepções masculinistas: as próprias formas de conhecer, ensinar e aprender são problematizadas como expressando de forma privilegiada a experiência e a perspectiva masculinas. O currículo é masculino. [...] Esse falocentrismo do currículo tem implicações não apenas para a formação da identidade feminina, como também, é evidente, para a produção da identidade masculina. Ao fixa-las as subjetividades que lhes foram atribuídas pelo

patriarcalismo dominante, um currículo masculinamente organizado contribui, centralmente, para produzir e reforçar o domínio masculino sobre as mulheres”. (SILVA, Tomaz, 1995, p.130).

Vê-se que o currículo privilegia e contribui para a continuidade da educação machista e sexista presente nas salas de aula. SILVA (1995) destaca que para que haja uma mudança nos currículos escolares e nessa ideia de superioridade masculina é importante que se introduza pontos de vista e perspectivas femininas em sala de aula, “Para reverter essa situação, é preciso considerar-se seriamente formas de introduzir o ponto de vista e a experiência feminina na escola e no currículo” (SILVA, Tomaz, pg. 131). E para que isso aconteça deve-se começar a partir da formação dada pelas Universidades, em cursos de formação de professores:

Certamente isso deveria começar pela formação nas faculdades de educação e nos cursos de magistério. Um exame do currículo dessas instituições certamente mostraria a pouca ou nula atenção dada a questão do gênero e do patriarcado e suas implicações para o ensino, a educação e o currículo”. (SILVA, Tomaz, 1995, p.132)

É importante que na formação acadêmica dos professores/as haja instrução e presença feminina de maneira igualitária para os gêneros femininos e masculinos, para que não haja essa perpetuação de valores machistas em sala de aula. E, assim, tentar quebrar esse ciclo machista e opressor que vivemos na sociedade e conseqüentemente, na escola.

7. METODOLOGIA

O principal objetivo dessa pesquisa é analisar a importância do debate sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar a partir do ensino fundamental I. E para isso optou-se pela pesquisa de caráter qualitativo e seus vários recursos de análise. Para o desenvolvimento da pesquisa, dentre eles, observações em campo e entrevista semi-estruturada com os participantes. Visto que por seu cunho subjetivo, a pesquisa qualitativa é mais adequada no estudo de experiências e ações sociais, como também a respeito das interações individuais e grupais. STRAUSS e ANSELM (2009) definem a pesquisa qualitativa como:

Com o termo “pesquisa qualitativa” queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de

outros meios de quantificação. Pode se referir á pesquisas sobre a vida das pessoas, experiencias vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também á pesquisa sobre o funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações.”. (STRAUSS, ANSELM, 2009, pg. 23)

Para o desenvolvimento da pesquisa, ainda, será desenvolvida e utilizada uma pesquisa bibliográfica com autores(as) que melhor dialogam com o nosso objeto de estudo, para dar suporte teórico à pesquisa. Bem como serão realizadas observações na escola (EMEIF) Dr. Edmilson Barros de Oliveira, para a obtenção das informações sobre a mesma, partindo de uma entrevista semi-estruturada com a atual diretora e a coordenadora da escola.

Na entrevista haverá questões como: “Ano de criação da escola?”, “Quantidade de alunos que a escola atende?”, “De onde são esses alunos?”, “Horário de funcionamento da escola?”, “Anos de ensino que a escola oferece?”, “Quantos professores a escola têm, e qual seus níveis de formação?” e “Como é debatida a questão de Gênero e sexualidade na escola?”.

A partir da análise dessas informações adquiridas junto à escola e por meio da observação participante, a qual, segundo Martins (2008), é uma técnica comum para coleta e análise de dados, onde o pesquisador-observador torna-se integrante da estrutura social em questão e estabelece uma relação face a face com os sujeitos da pesquisa, busca-se uma avaliação dos debates sobre Gênero e Sexualidade realizados na Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira (MARTINS, 2008, pg.25).

Conjuntamente das entrevistas com as diretoras, a entrevista que se refere a uma forma de coleta de dados com o intuito de entender os significados que os entrevistados conferem ao assunto em questão.

trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturadas anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador. (MARTINS, 2008, pag. 26)

Espera-se obter subsídios para avaliar como temática do gênero e da sexualidade são abordados em um contexto escolar.

A metodologia proposta para esse projeto, portanto, visa auxiliar na compreensão de como a escola pode ser um agente ativo na formação de cidadãos dotados de respeito diante das diferenças.

7.1. Local da realização da pesquisa

A pesquisa será na escola municipal de ensino infantil e fundamental (EMEIF) Dr. Edmilson Barros de Oliveira, situada na Praça Castro Alves Centro Comunitário S/N, CEP 62790.000 em Redenção-CE.

A escola atende atualmente 333 (trezentos e trinta e três) alunos da sede de Redenção e localidades, e funciona nos turnos matutino e vespertino atendendo do 1º ao 5º anos do ensino fundamental, sendo 7 (sete) turmas na parte da manhã, e 5 (cinco) no período da tarde. A escola conta com um corpo docente composto por 10 (dez) professores sendo 8 (oito) em sala de aula e 2 (dois) divididos entre laboratório de informática e sala de leitura, todos com formação em licenciatura, graduação e pós-graduação.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, Luma Nogueira de. *Travestis na escola : assujeitamento e resistência à ordem normativa* / Luma Nogueira de Andrade. – 2012.

CASTRO, Mary Garcia, *Gênero e Raça: desafios à escola*. In: SANTANA, M.O. (Org) *Lei 10.639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana na educação fundamental*. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

BENTO, Berenice. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 548-559, maio-agosto/2011

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Gênero e diversidade na escola: Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. 2009

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. 160p

COSTA, A. P. et al. Sexualidade, gênero e educação: novos olhares. Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v.4, n.1, 2009.

Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FERREIRA, Márcio. CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE: QUESTÕES INDISPENSÁVEIS À FORMAÇÃO DOCENTE. Revista Margens Interdisciplinar, 2016

FONTOURA, Morgana et al. GÊNERO E CURRÍCULO: AS QUESTÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES-RS. (2012).

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. In.: 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 191 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184 p. (Educação pós-crítica).

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso:** uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet M. **Pesquisa qualitativa:** técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009. xi, 288 p.